

10 anos

**NORTE
CONJUNTURA**

CCDRn
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

Encontros Norte Conjuntura

Território(s) e Convergência Real
Rui Monteiro e Vasco Leite

2ª sessão
NORTE & TERRITÓRIO

30 setembro
Universidade de
Trás-os-Montes
e Alto Douro

APOIO



MEDIA PARTNER

**Jornal de
Notícias**

COFINANCIAMENTO

NORTE 2020
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

www.ccdr-n.pt/norte-territorio

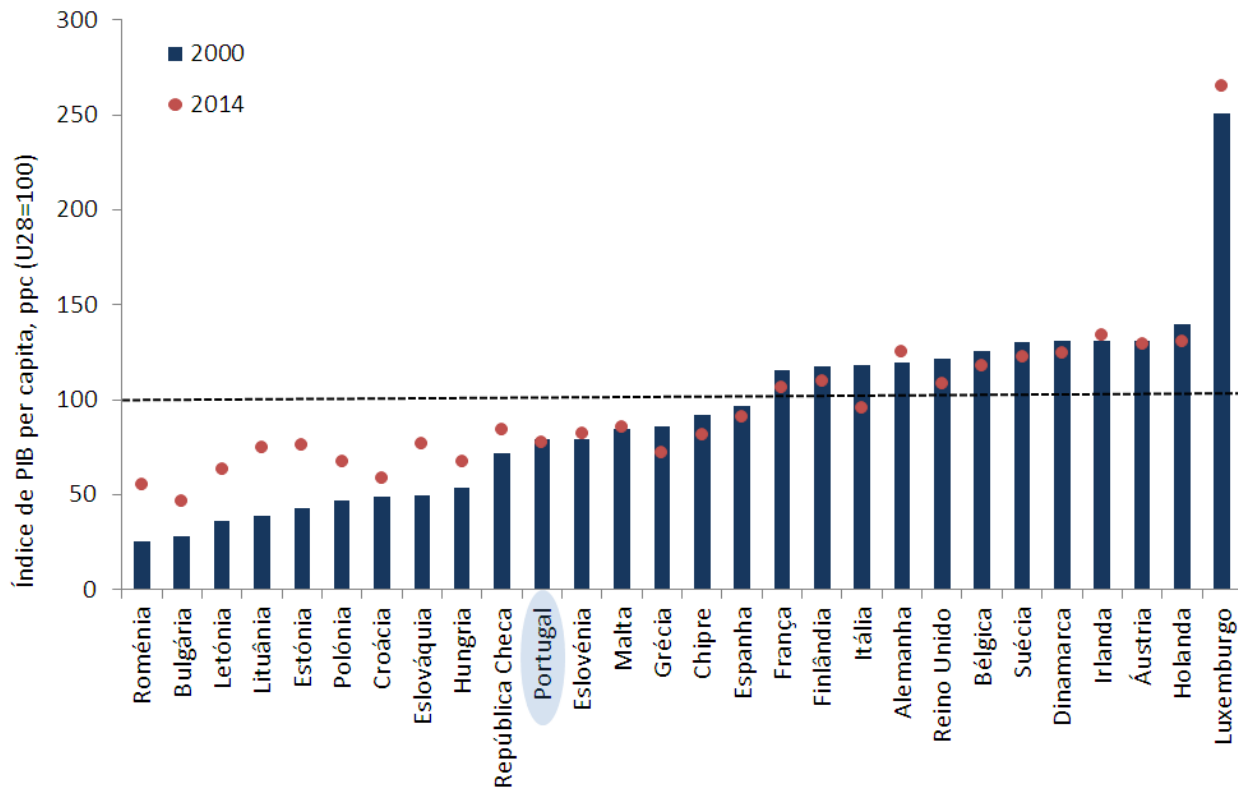
Sumário

1. Território(s) e convergência real no contexto da UE28
2. Território(s) e convergência real no contexto nacional
3. Território(s) e convergência real no contexto da Região do Norte
4. Convergência real e política de coesão da União Europeia
5. Conclusões

Sumário

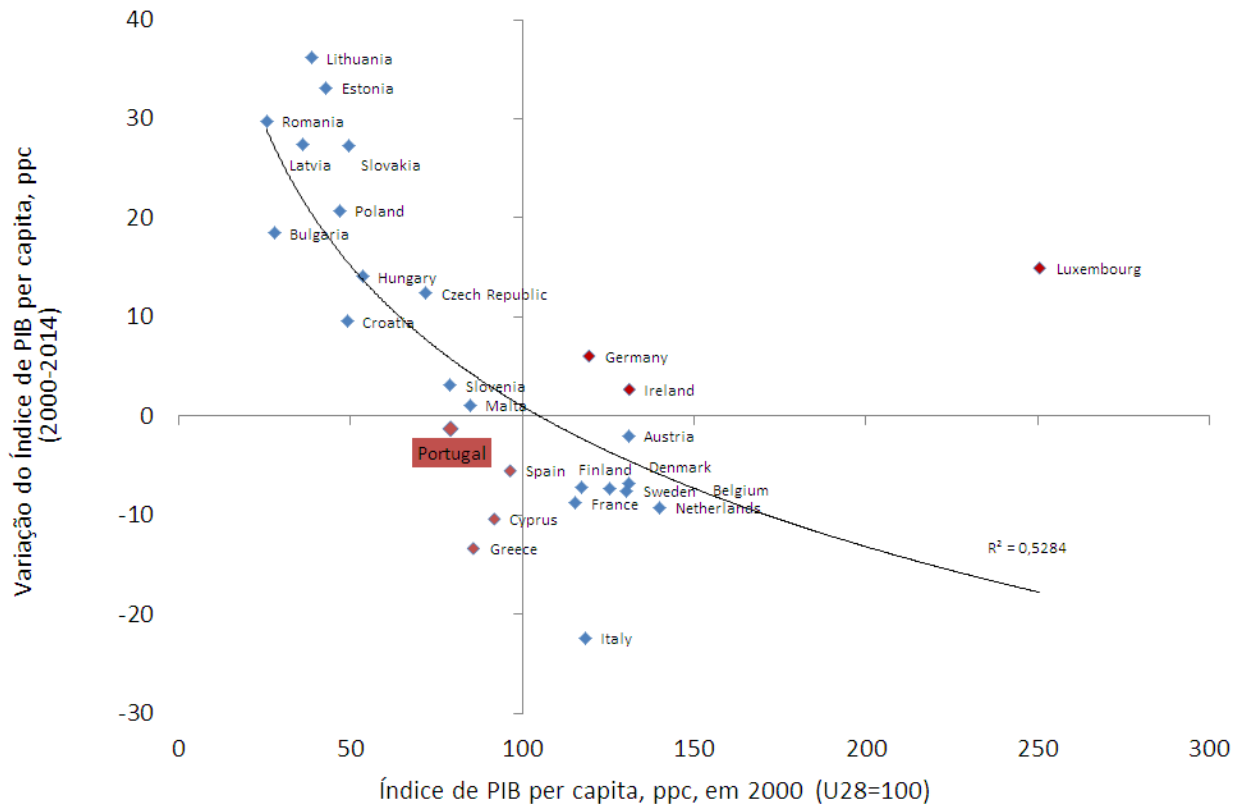
1. Território(s) e convergência real no contexto da UE28
2. Território(s) e convergência real no contexto nacional
3. Território(s) e convergência real no contexto da Região do Norte
4. Convergência real e política de coesão da União Europeia
5. Conclusões

1. Convergência entre os países da Europa (UE28)

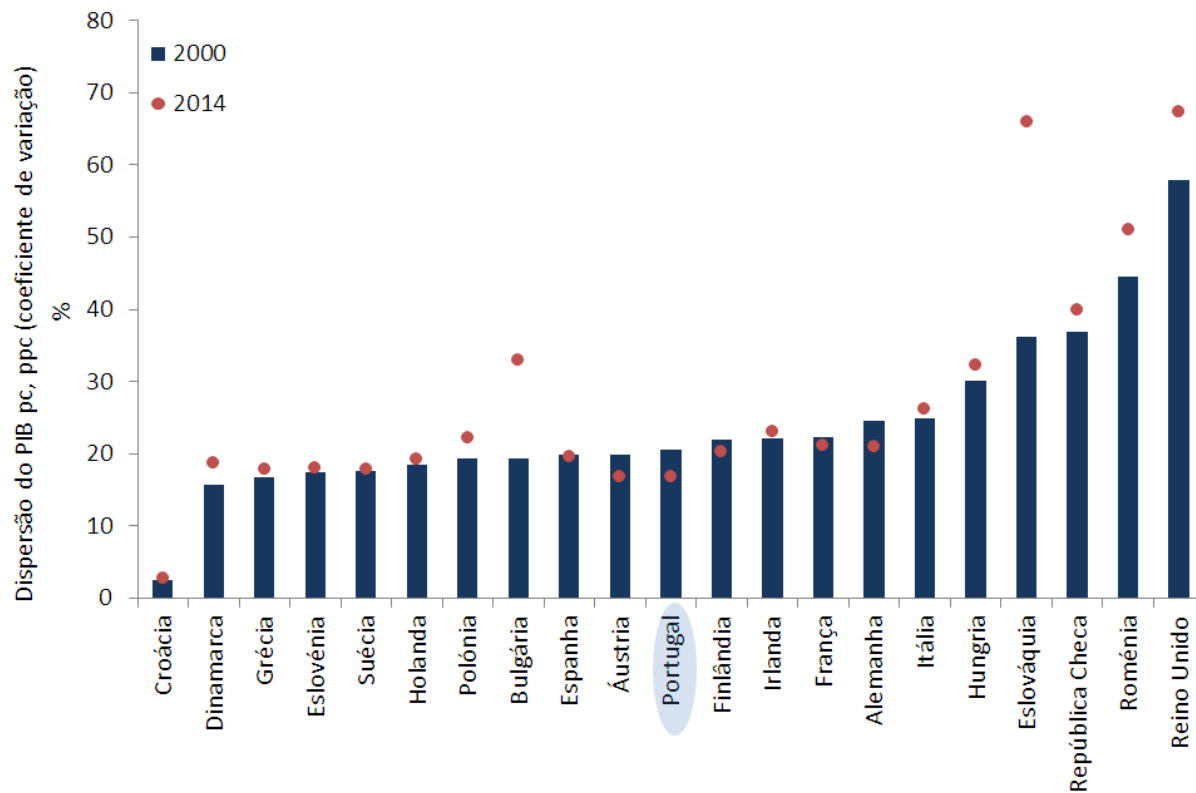


Fonte: Eurostat

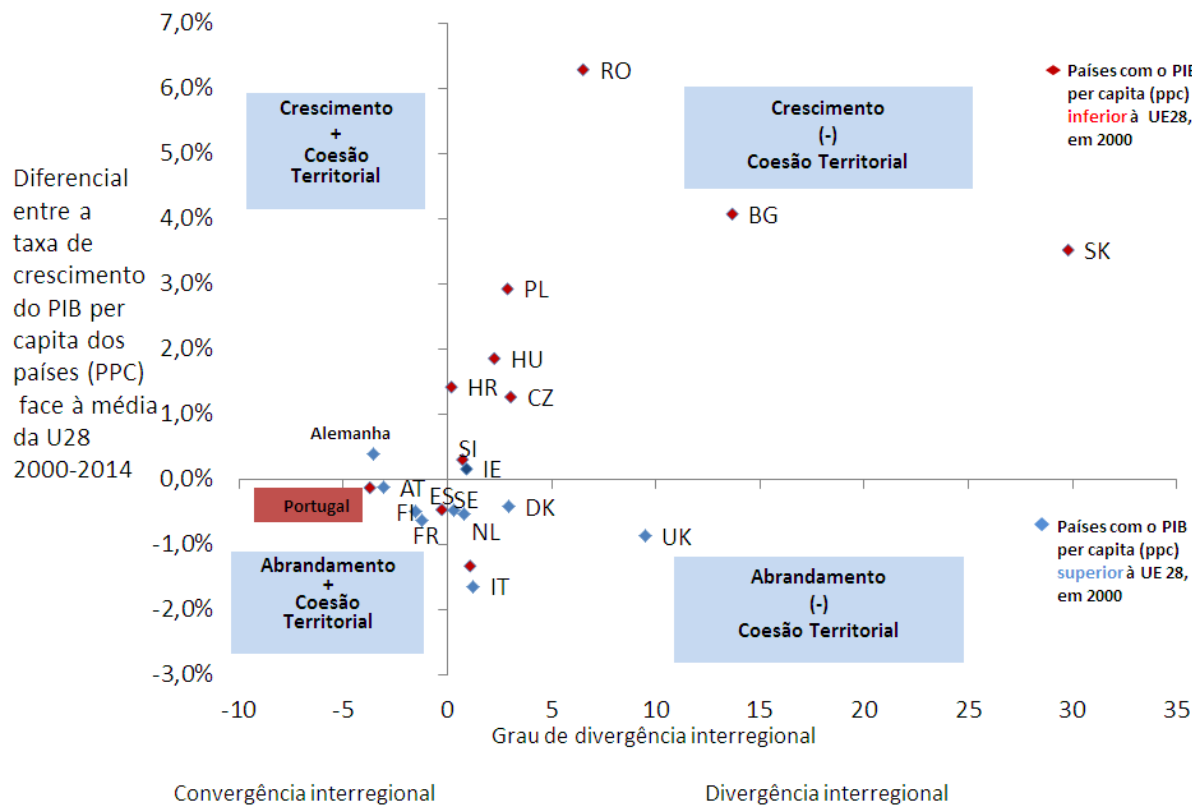
2. Crescimento e convergência real na Europa (UE28)



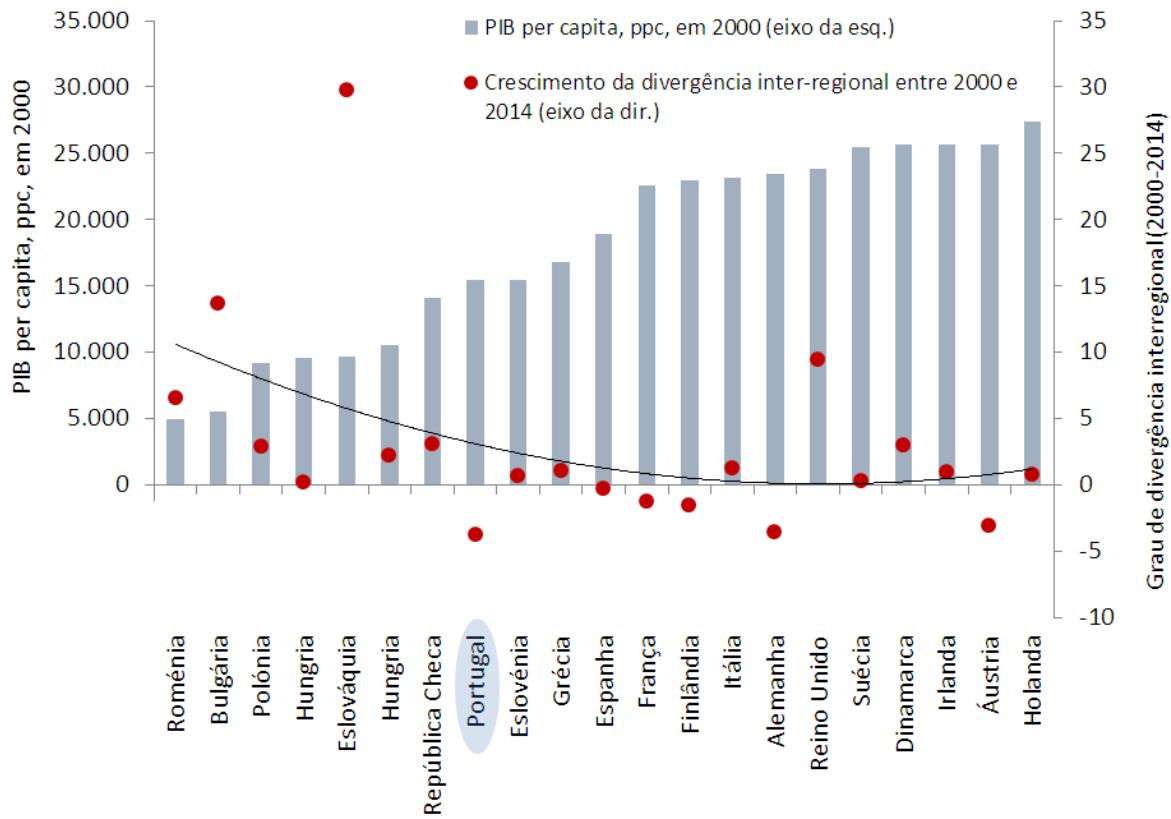
3. Evolução das assimetrias regionais (NUTS II) na Europa (U



4. Crescimento económico e assimetrias regionais na Europa



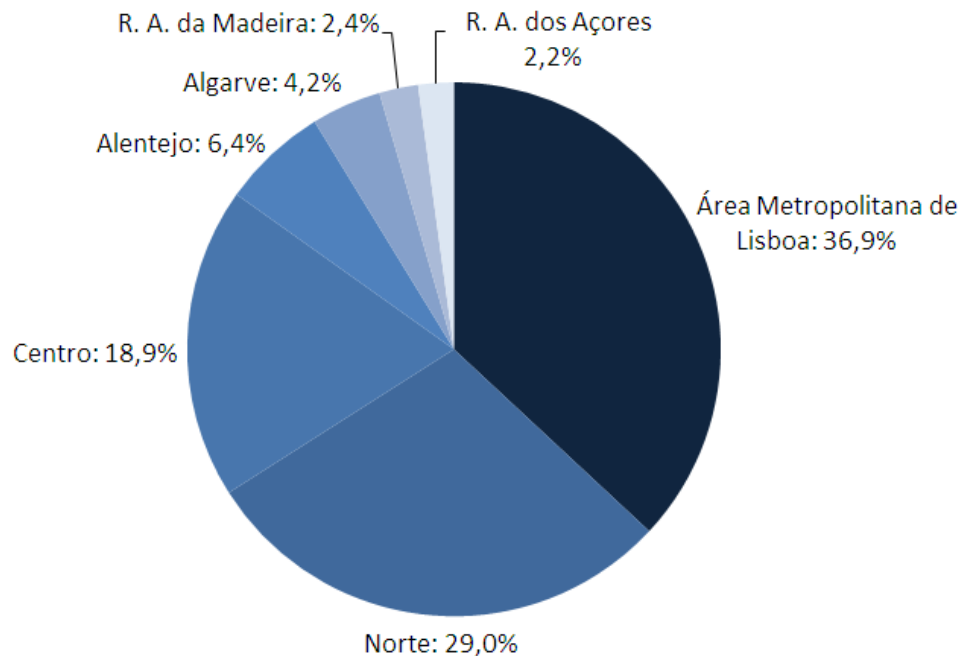
5. Assimetrias regionais e estádios de desenvolvimento na E



Sumário

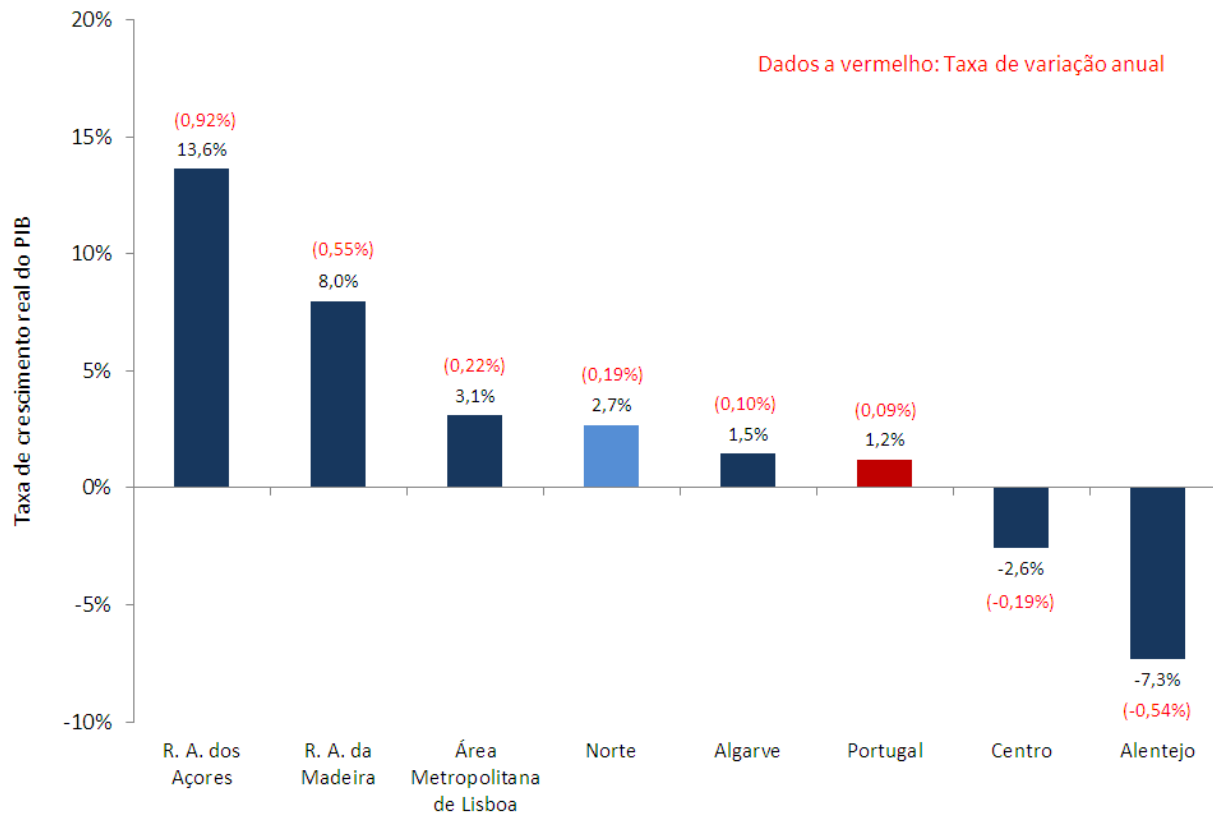
1. Território(s) e convergência real no contexto da UE28
2. Território(s) e convergência real no contexto nacional
3. Território(s) e convergência real no contexto da Região do Norte
4. Convergência real e política de coesão da União Europeia
5. Conclusões

6. Contributo das regiões NUTS II para o PIB nacional, em 2011

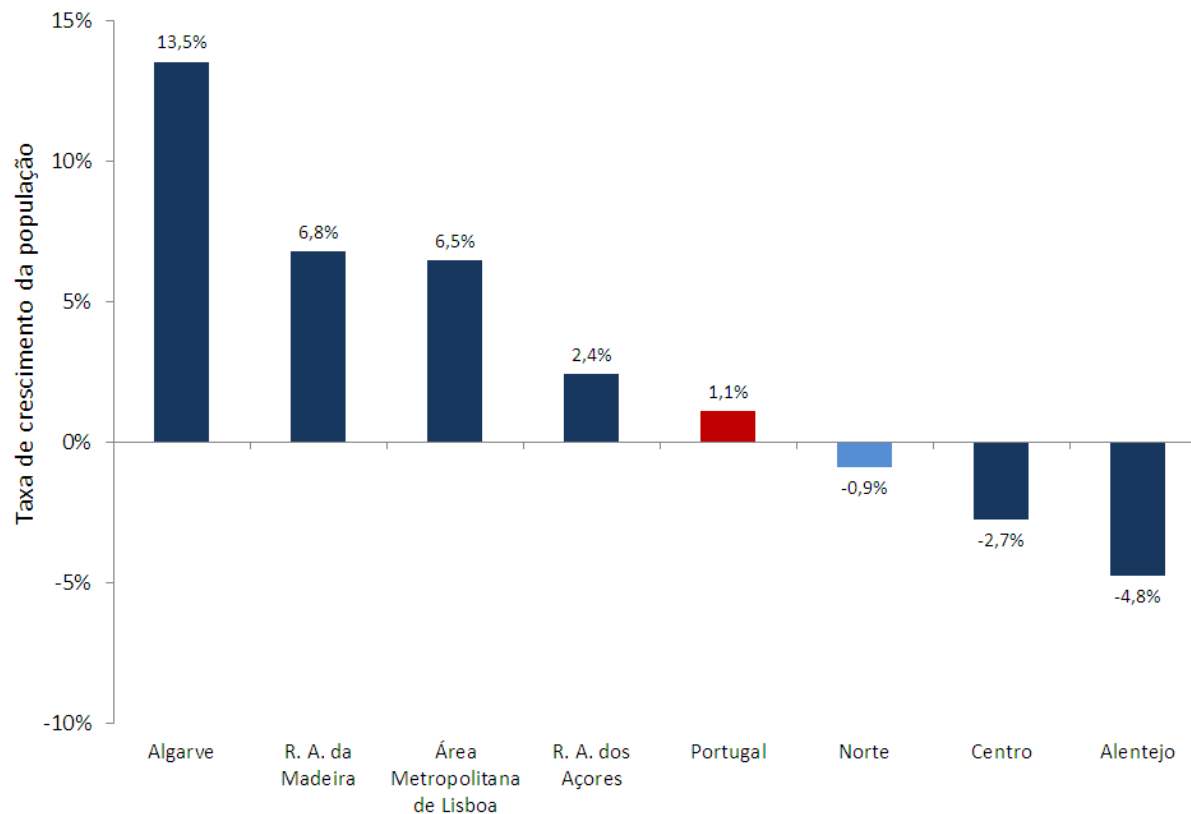


Fonte: INE

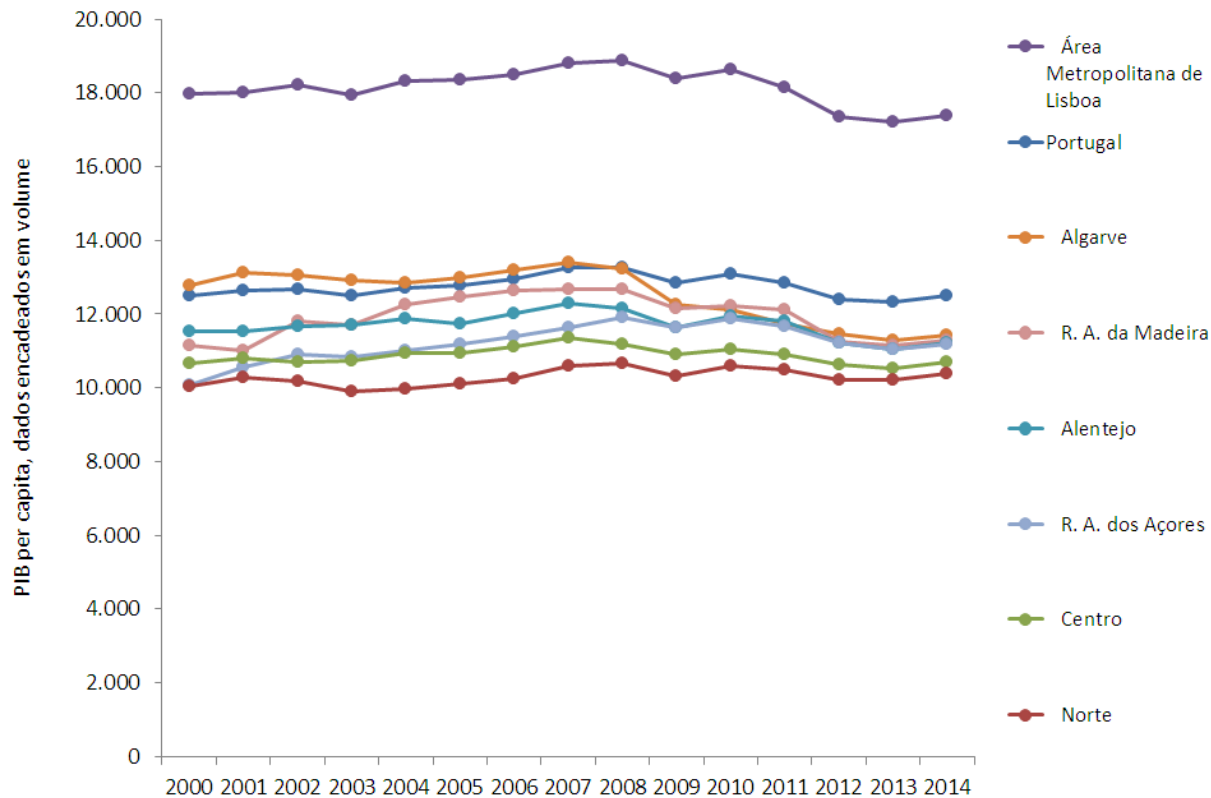
7. Crescimento real das regiões NUTS II (2000-2014)



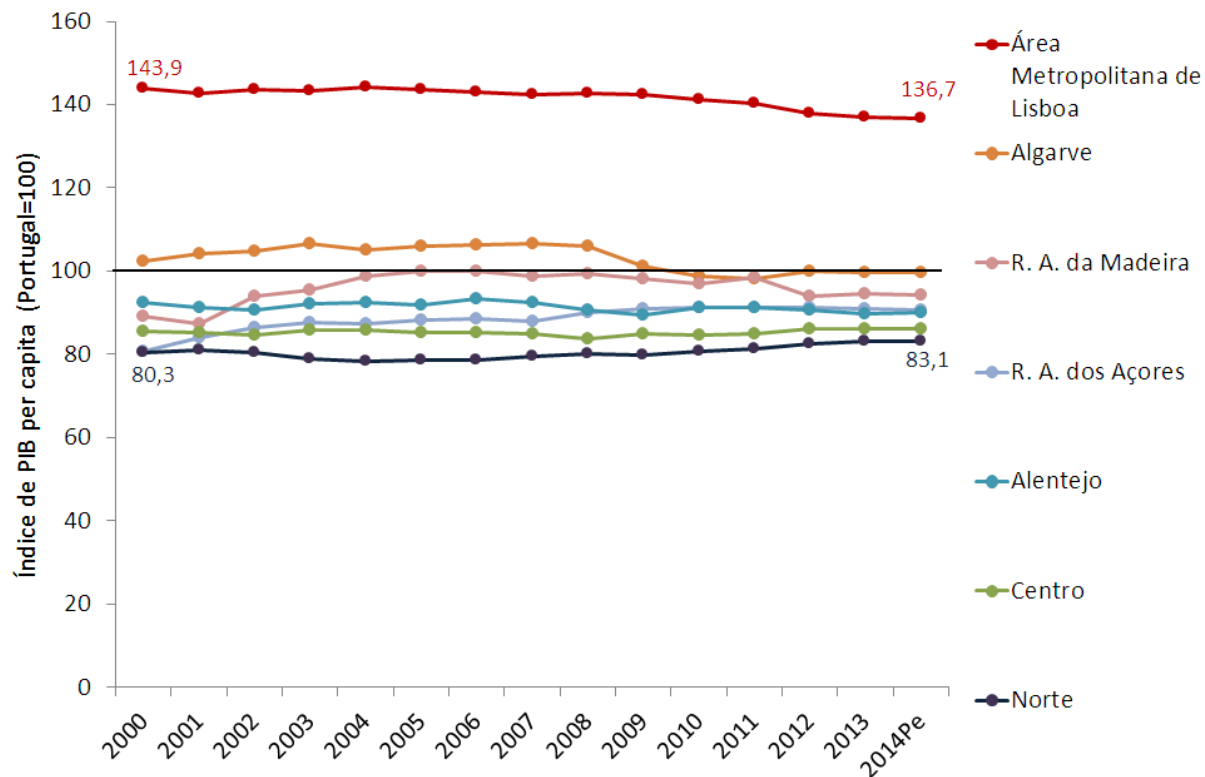
8. Evolução da população por regiões NUTS II (2000-2014)



9. PIB “per capita” das regiões NUTS II (em volume)



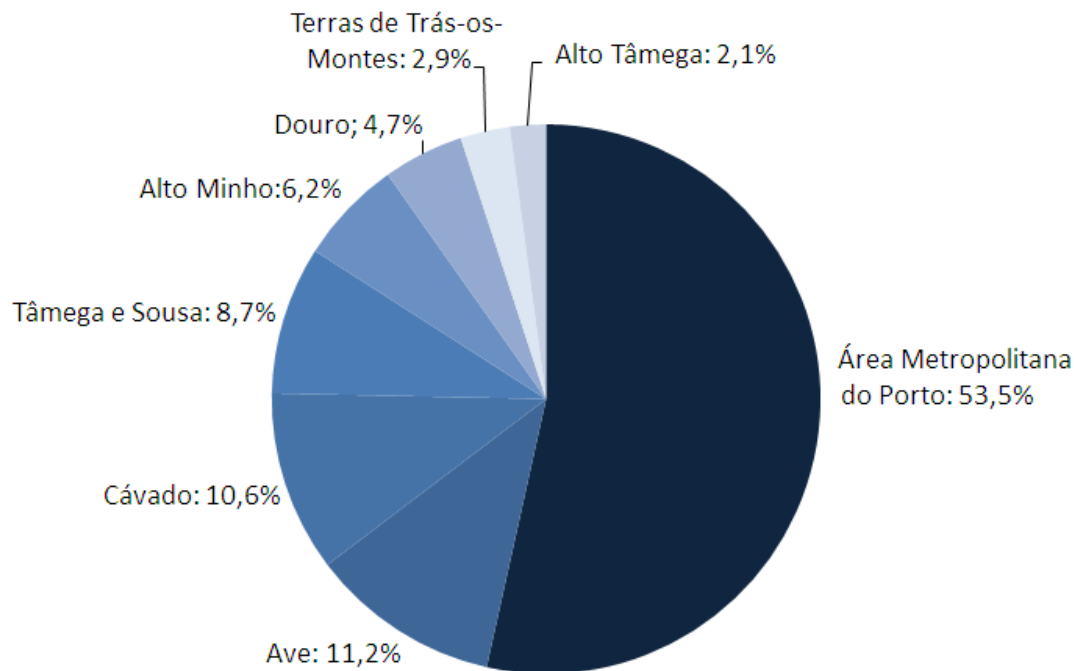
10. Assimetrias das regiões NUTS II no contexto nacional



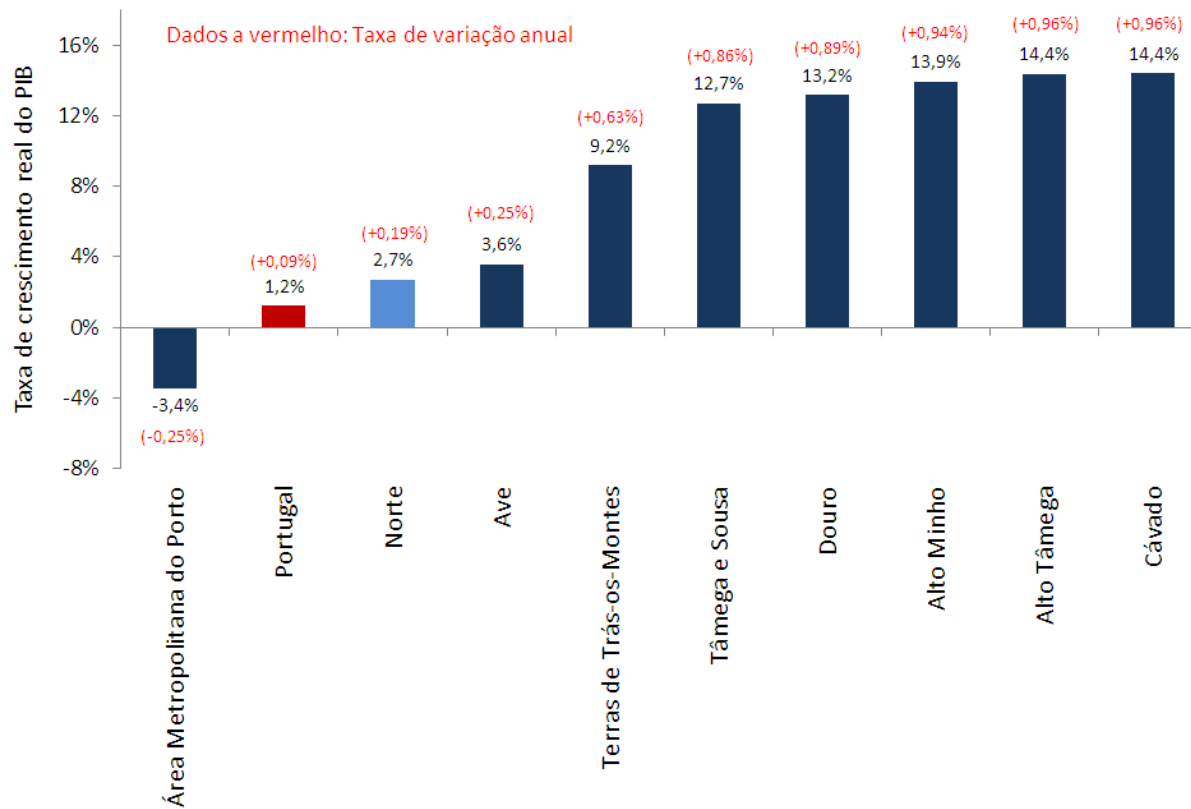
Sumário

1. Território(s) e convergência real no contexto da UE28
2. Território(s) e convergência real no contexto nacional
- 3. Território(s) e convergência real no contexto da Região do Norte**
4. Convergência real e política de coesão da União Europeia
5. Conclusões

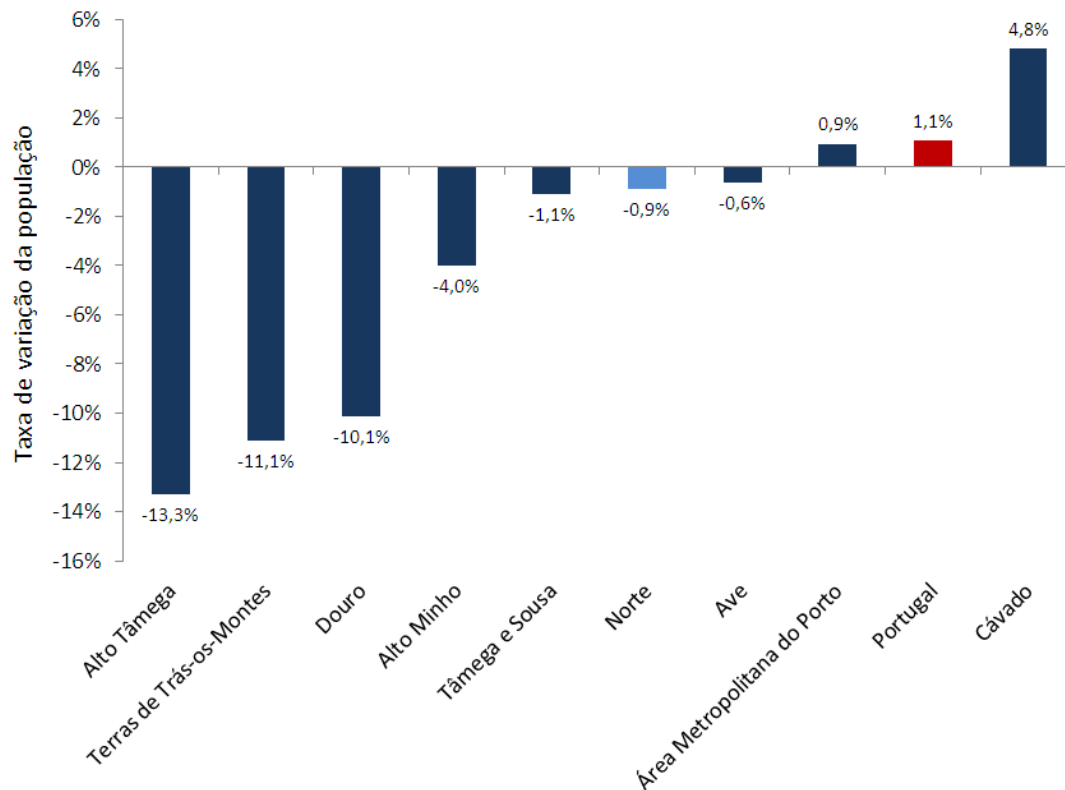
11. Contributo das regiões NUTS III para o PIB da Região do N



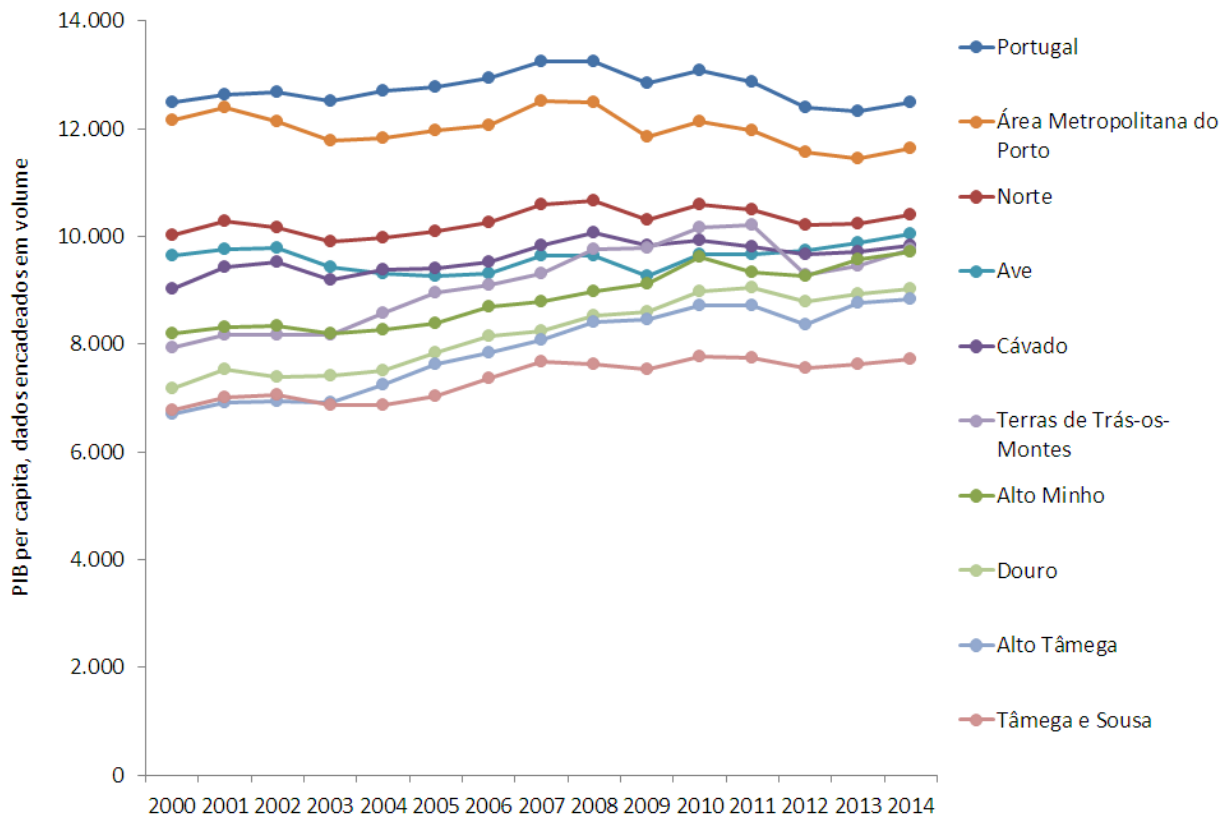
12. Crescimento real do PIB das regiões NUTS III (2000-2014)



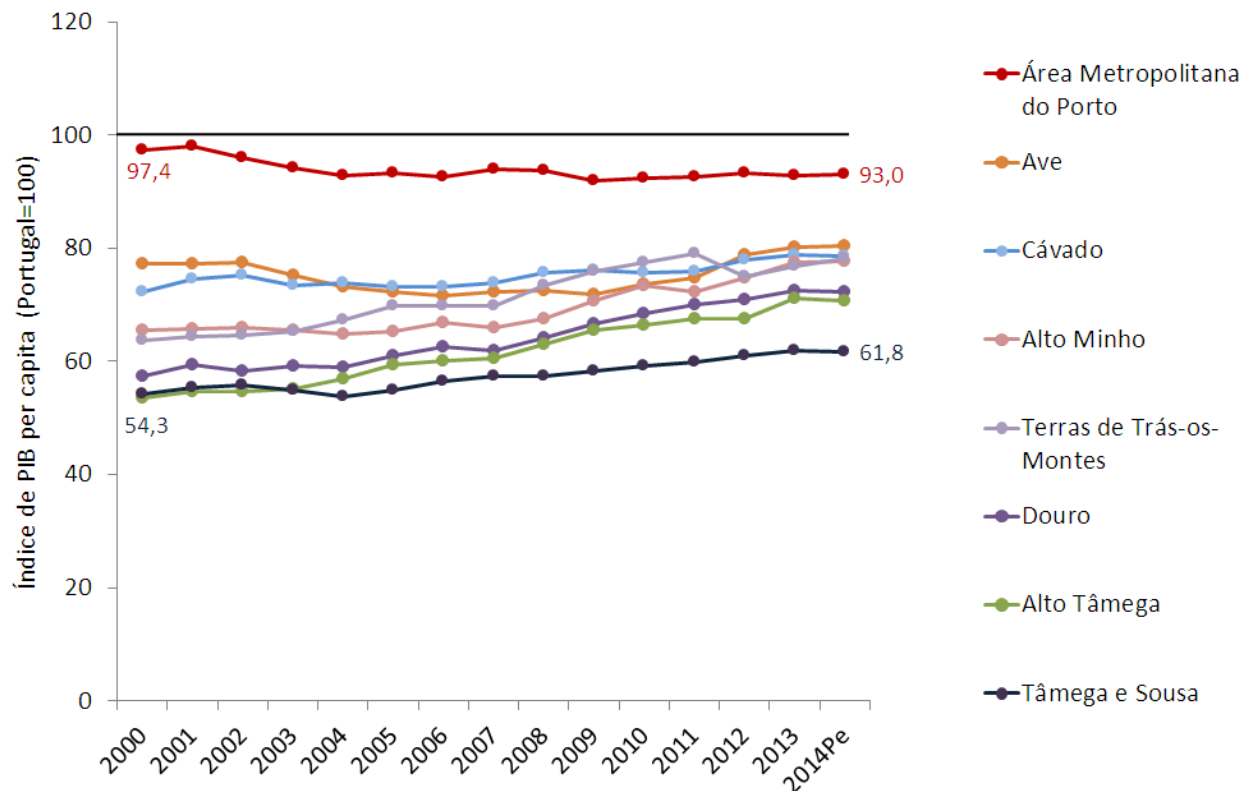
13. Evolução da população por regiões NUTS III (2000-2014)



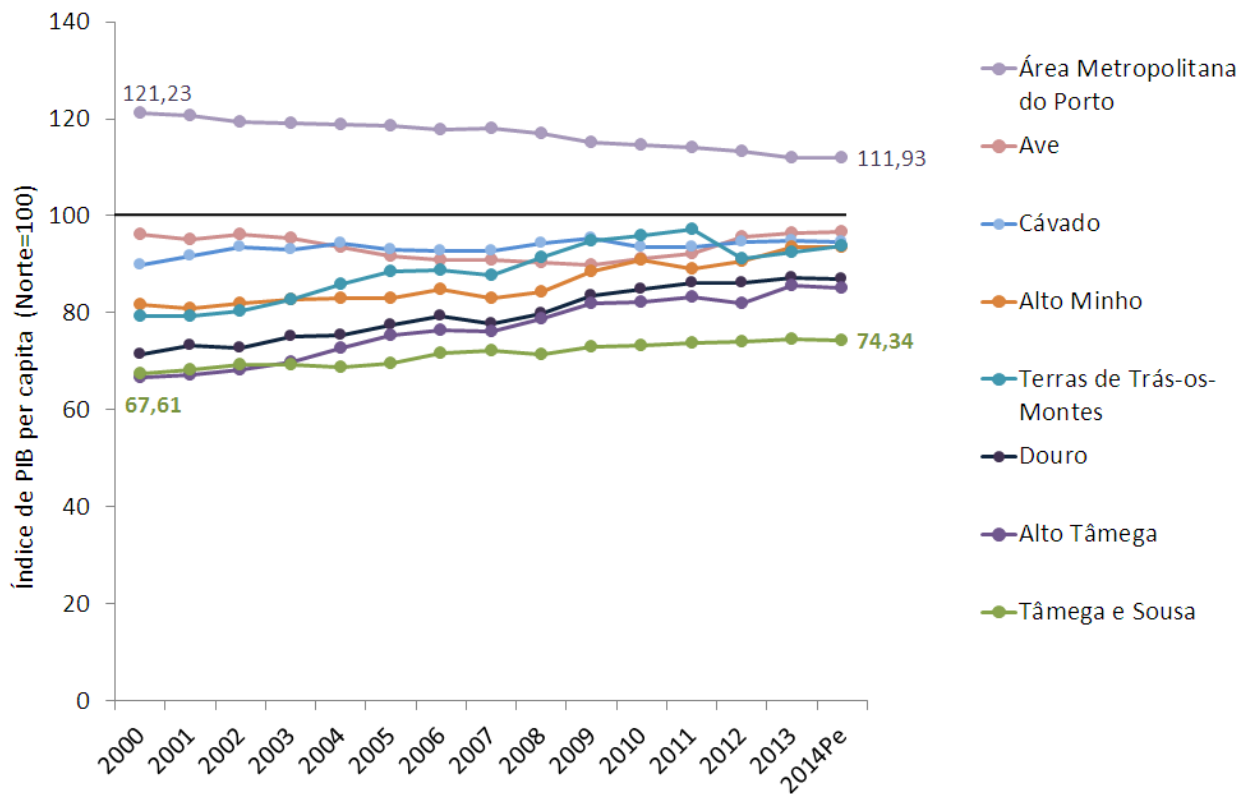
14. PIB “per capita” das regiões NUTS III (em volume)



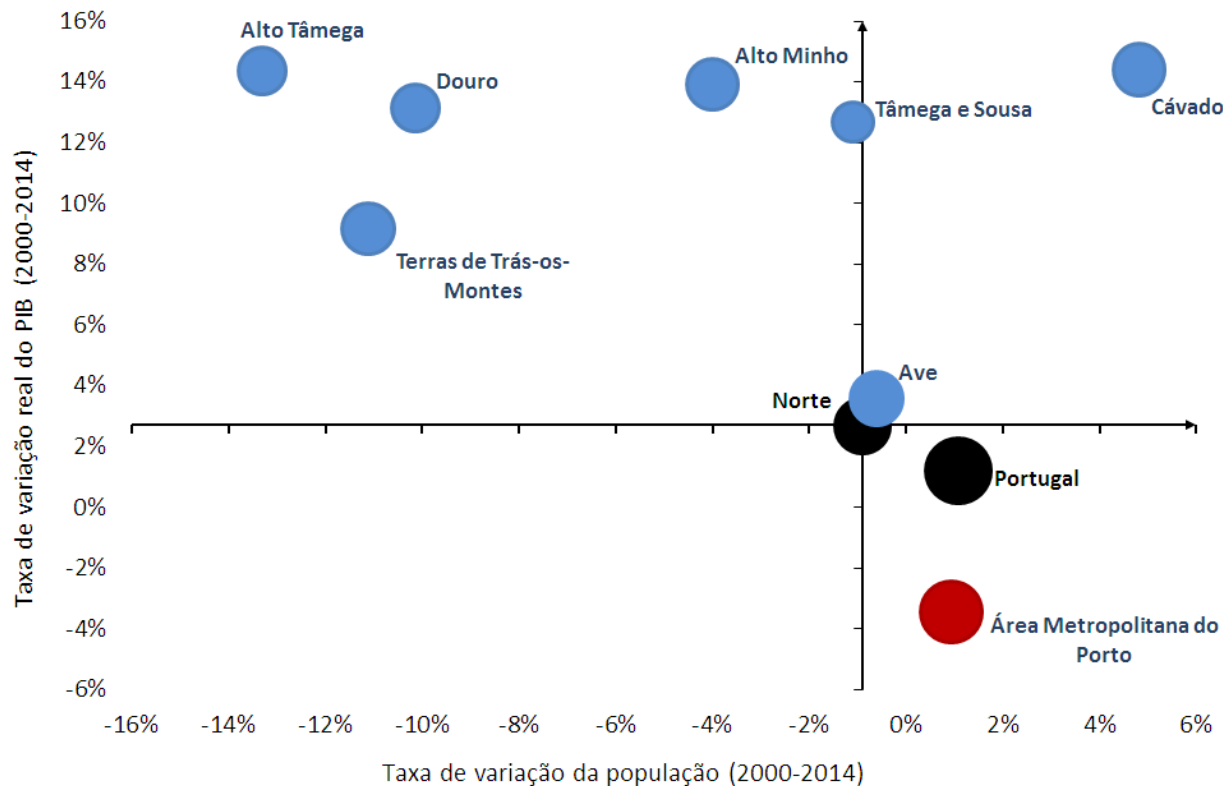
15. Assimetrias das regiões NUTS III no contexto nacional (PT)



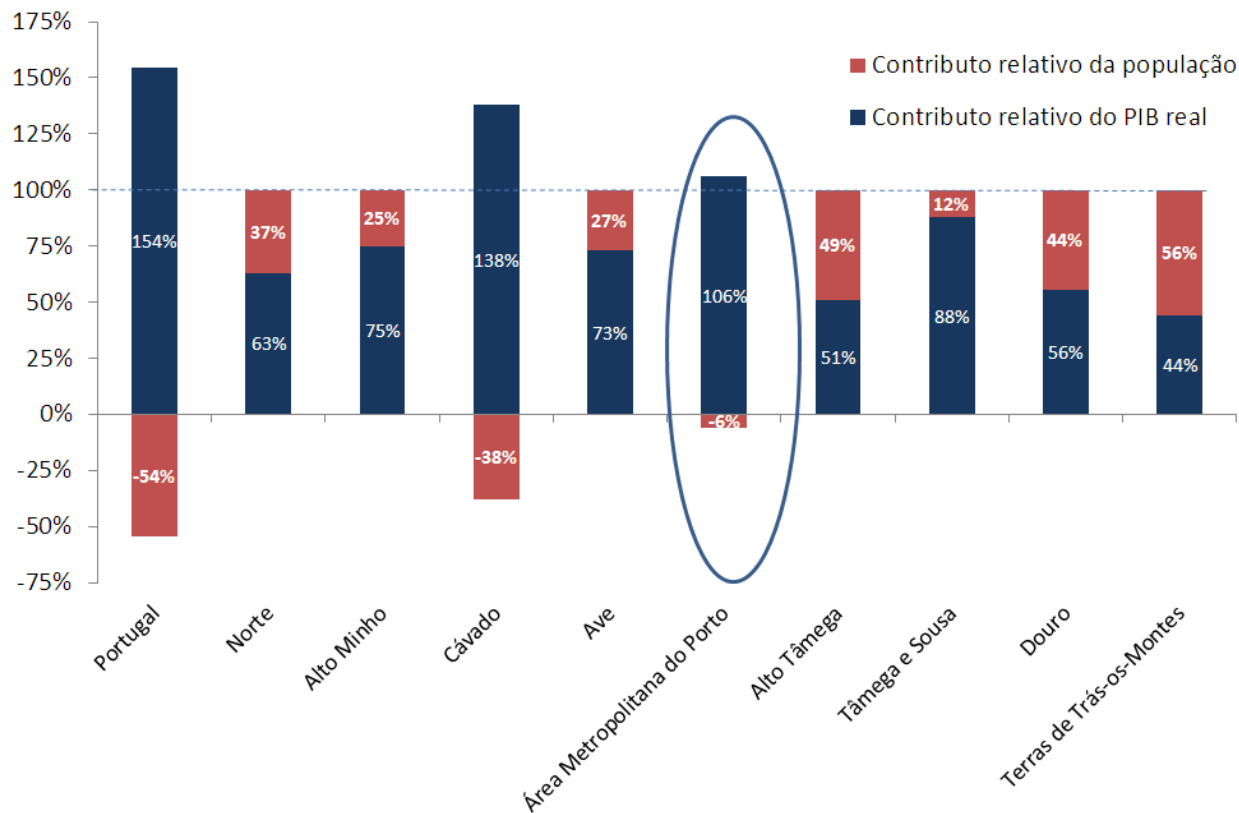
16. Assimetrias das regiões NUTS III no contexto regional (RN)



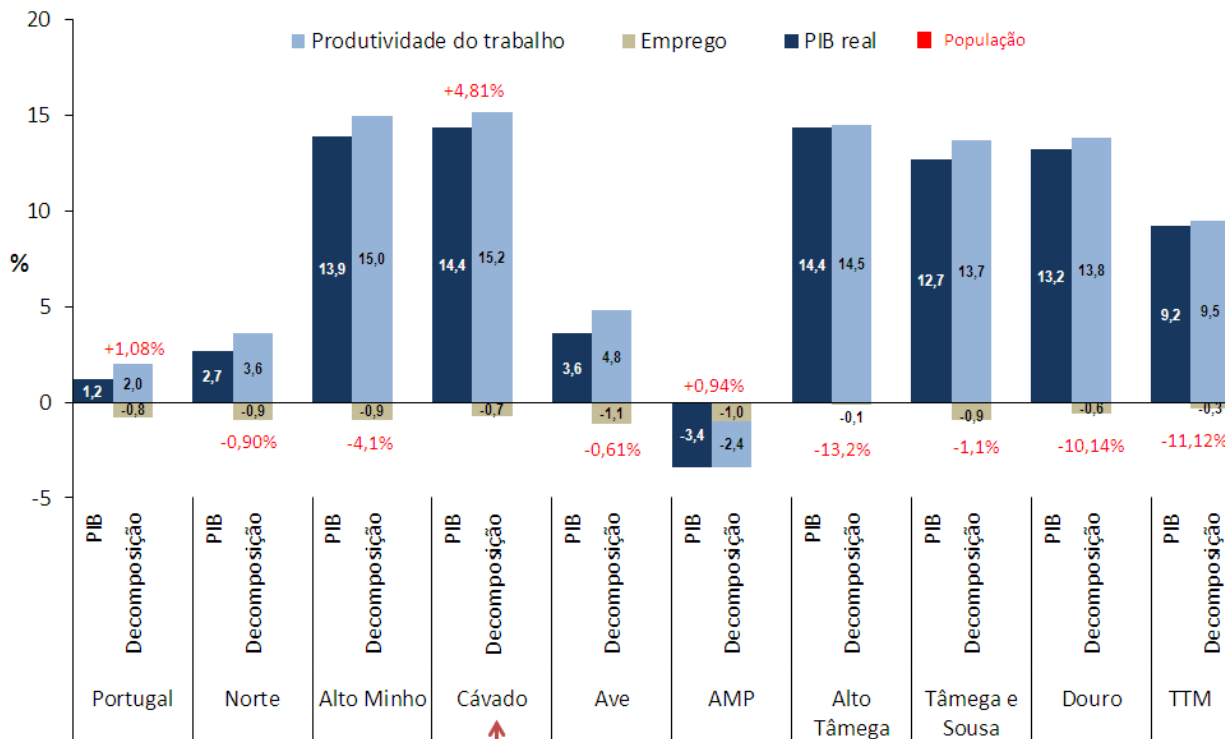
17. Evolução do PIB “per capita”: população e crescimento d



18. Decomposição do PIB “per capita”: população e crescimento



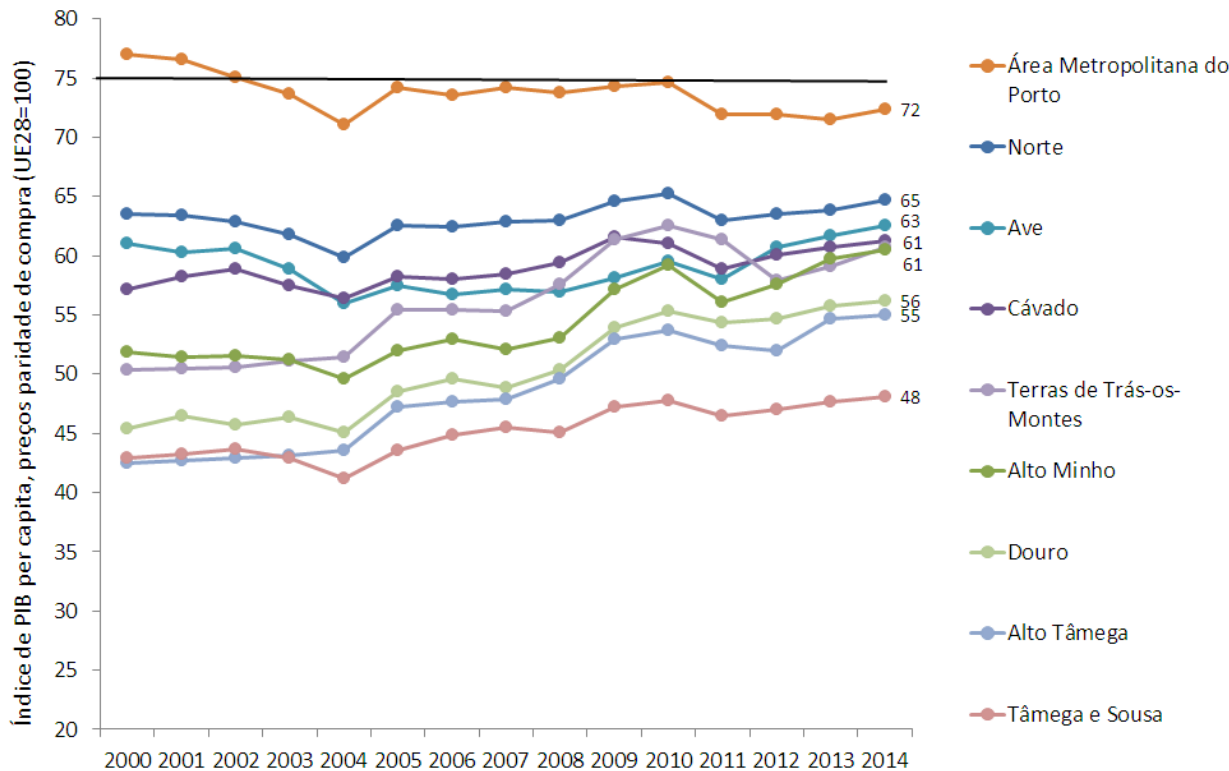
19. Decomposição do crescimento económico (2000-2014)



Sumário

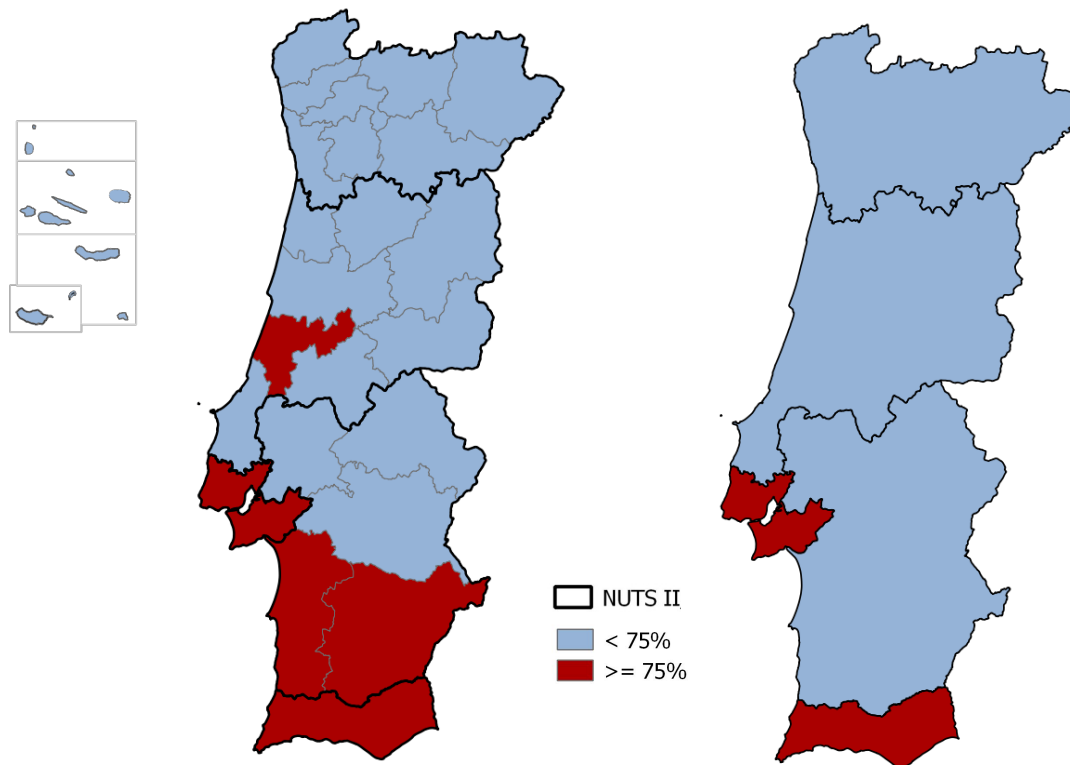
1. Território(s) e convergência real no contexto da UE28
2. Território(s) e convergência real no contexto nacional
3. Território(s) e convergência real no contexto da Região do Norte
4. Convergência real e política de coesão da União Europeia
5. Conclusões

20. PIB “per capita” em PPC face à UE28 (UE28=100)



NUTS III	UE28=100	Ranking nacional
Área Metropolitana de Lisboa	106	1
Alentejo Litoral	93	2
Algarve	78	3
Região de Leiria	77	4
Baixo Alentejo	75	5
Beira Baixa	74	6
R. A. da Madeira	73	7
Região de Aveiro	73	8
Área Metropolitana do Porto	72	9
R. A. dos Açores	71	10
Região de Coimbra	70	11
Alentejo Central	68	12
Lezíria do Tejo	65	13
Médio Tejo	65	14
Oeste	63	15
Ave	63	16
Cávado	61	17
Viseu Dão Lafões	61	18
Terras de Trás-os-Montes	61	19
Alto Minho	60	20
Alto Alentejo	60	21
Douro	56	22
Alto Tâmega	55	23
Beiras e Serra da Estrela	52	24
Tâmega e Sousa	48	25

21. O PIB “per capita” a preços de paridade de compra, face à UE28, em



22. A atribuição dos Fundos Estruturais por NUTS II (2014-2020)

- *A atribuição de Fundos Estruturais a Portugal depende, antes de mais, da dimensão financeira do orçamento comunitário, da prioridade conferida ao objetivo do crescimento e emprego e, no contexto deste objetivo, da ventilação dos recursos pelos diferentes tipos de regiões NUTS II (em particular das consideradas menos desenvolvidas, isto é, com PIB “per capita”, ppc <75% da média comunitária). Os Fundos Estruturais atribuídos a Portugal, depois desta definição, resultam do somatório dos recursos determinados para cada um das suas regiões NUTS II.*
- *Para as regiões menos desenvolvidas, como a Região do Norte, os recursos são determinados através da seguinte expressão:*

$$\mathbf{Montante\ (\text{€}) = [População\ da\ Região} \\ \times (\mathbf{PIBpc, PPC\ UE27 - PIB\ pc, PPC\ Região})]$$

× 3,159% se RNBpc < 82% da média

Sumário

1. Território(s) e convergência real no contexto da UE28
2. Território(s) e convergência real no contexto nacional
3. Território(s) e convergência real no contexto da Região do Norte
4. Convergência real e política de coesão da União Europeia
5. Conclusões

- *O período em análise (2000-2014) é marcado por dois subperíodos. Há o antes e o depois da crise financeira internacional. Não é o melhor período para se retirarem conclusões sobre o efeito do dinamismo económico de territórios (NUTS II e NUTS III) sobre o crescimento e a convergência real dos países. A relação acaba por ser a inversa, isto é, o enquadramento macroeconómico dos países e a evolução da sua envolvente é que determinaram de forma significativa o dinamismo dos seus territórios;*
- *No entanto, cada país tem uma oferta limitada de recursos que demora a crescer. A concentração das atividades económicas e a desigualdade territorial do rendimento são também explicadas pela distribuição desses recursos (força de trabalho, bens de capital). No curto prazo, o crescimento económico, para além das dinâmicas de inovação, do contexto institucional e da produtividade desses recursos, depende desse “stock” naturalmente;*
- *Mas não importa somente a dimensão do “stock”. A dimensão qualitativa desse “stock” conta muito. As regiões apresentam vantagens competitivas e níveis de especialização heterogéneas que não podem ser replicadas noutras regiões, acrescendo o facto de muitos recursos serem endógenos (recursos tendencialmente intransferíveis e inimitáveis). Estas fontes de diferenciação explicam, para além das economias de aglomeração, as diferenças territoriais ao nível do produto e do rendimento;*

- *Algumas regiões aglomeram mais atividades e pessoas em função de uma maior disponibilidade de fornecedores, trabalhadores qualificados, consumidores, bens e serviços diferenciados num espaço que, pela relações económicas e históricas estabelecidas, ganham rendas de aglomeração;*
- *Todavia, as regiões não são ilhas. Os agentes das diferentes regiões no contexto de um país interagem com efeitos de retroação positiva. O resultado não é de soma nula ou de soma negativa. O resultado é de soma positiva. A integração económica de diferentes territórios gera “almoços grátis” (externalidades interterritoriais ou “spillovers” na linguagem económica);*
- *Portugal registou um período de estagnação económica face à UE28, entre 2000 e 2014. Apesar do crescimento económico nacional ter sido praticamente nulo, alcançaram-se ligeiros ganhos de coesão territorial entre as regiões NUTS II mais pobres, persistindo, no entanto, uma forte assimetria nacional entre o PIB “per capita” da Área Metropolitana de Lisboa e o das restantes NUTS II de Portugal;*
- *O contributo para o crescimento económico da Região do Norte ocorreu fora da Área Metropolitana do Porto, com as NUTS III menos desenvolvidas a apresentarem um dinamismo económico bastante superior ao da média da região NUTS II. No entanto, a convergência destes territórios foi explicada, apenas, pelo crescimento da produtividade do trabalho em detrimento do emprego e do crescimento*

- *Existe a necessidade de reforçar o papel da Área Metropolitana do Porto na promoção do crescimento económico e da inovação (economias de aglomeração do tipo “spillover”), na prestação de serviços diferenciados e de apoio ao desenvolvimento industrial nas cidades regionais e estruturantes. Essa crescente articulação funcional entre a Área Metropolitana do Porto e a sua envolvente industrial é demonstrada pela recomposição sectorial da atividade económica e do emprego nos principais centros urbanos;*
- *Os restantes territórios devem promover as atividades económicas que os diferenciem, incrementando a utilização dos recursos endógenos existentes. A especialização territorial e a articulação funcional são fundamentais para a consolidação do sistema urbano regional, tornando a Região do Norte como um todo mais competitiva, diversificada e resiliente;*
- *A coexistência de territórios especializados e diversificados permite promover a resiliência da economia regional, através: (i) da resistência a choques externos (medida pela amplitude da perda de bem-estar); (ii) da recuperação da trajetória de crescimento (medida pela amplitude de recuperação de bem-estar); (iii) da alteração do perfil de especialização para atividades mais produtivas (medida pela criação de novas atividades intensivas em conhecimento); (iv) intensificação do papel da especialização inteligente na realização de estratégias de “variedade relacionada”, ou seja, de estratégias que facilitem a mobilidade intersectorial dos recursos, reduzam os riscos de “lock-in”*

Encontros Norte Conjuntura

Obrigado.

2ª sessão
NORTE & TERRITÓRIO

30 setembro
Universidade de
Trás-os-Montes
e Alto Douro

www.ccdr-n.pt/norte-territorio



MEDIA PARTNER

Journal de
Notícias

COPINANCIAAMENTO

NORTE2020

PORTUGAL
2020

